

Ave
Pag 5

Ulysses nega acordo para ser o premiê

Salvador — "Vamos devagar com o andar para o santo não despençar", sugeriu ontem, em Salvador, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Assembléia Nacional Constituinte, ao negar qualquer acordo com o presidente José Sarney para a sua indicação para primeiro ministro, num regime parlamentarista, em troca de apoio a um mandato de cinco anos para o presidente. Ulysses disse que não há nenhum acordo "e não sei com que interesse estão divulgando isso".

Ele considerou essa discussão prematura, até porque a Assembléia Constituinte ainda não decidiu sobre o regime de governo, "o que certamente será a discussão mais importante da Constituinte". Ulysses disse, porém, que a tendência que tem notado entre os constituintes é pela adoção do parlamentarismo, "mas a questão ainda deve ser melhor discutida".

Ulysses Guimarães disse que não vê risco de divisão do PMDB em função do Plano Bresser porque, segundo ele, o desejo do partido é colaborar "e sem ele é que seria o caos, pois não se poderia deixar o país como estava, com uma inflação mensal beirando 30%. Disse que embora não haja entusiasmo da população, pelo menos há uma certa confiança, embora persista algum medo dele não dar certo".

O ministro Almir Pazzianotto, que acompanhou Ulysses na visita a Salvador, para a posse do deputado Constituinte, Mário Lima, no Sindicato dos Petroleiros da Bahia, por sua vez, acha que a convocação de uma greve geral pelas duas centrais sindicais — CUT e CGT —, é mais para firmar uma posição política, já que não pode parar o país. Segundo ele, na reunião de segunda-feira, do

Bancada capixaba descarta indicação

Vitória — A rejeição foi imediata: do governador aos representantes de pequenos partidos, nenhum político capixaba apoiou, logo após o seu lançamento pelo líder do governo, Carlos Santana, a candidatura de Ulysses Guimarães ao cargo de primeiro-ministro, se houver o parlamentarismo durante o governo Sarney. Max Mauro, o governador, chegou a convocar uma entrevista coletiva no Palácio Anchieta para considerar que "este não é o momento adequado para articulações neste sentido".

Após elogiar Ulysses por "seus vinte anos de lutas no PMDB" o governador garantiu ser inoportuno fazer quaisquer indicações acentuando: "Isso deve ficar para depois da promulgação da nova Carta Magna".

Presidente com os representantes da confederações e das centrais sindicais, sugestões poderão ser feitas e acatadas pelo governo para corrigir o Plano Bresser. Para ele, mais perigoso que uma greve articulada pela CUT, seria uma paralisação da economia com o fracasso do Plano, o que implicaria numa grave recessão com desemprego e grande depreciação dos salários.

Pazzianotto defendeu o fim do gatilho salarial, porque ele "já era incapaz de recompor o salário, com a inflação acima de 20%" e garantiu, citando o ministro Bresser Pereira, que se a inflação de julho for de até 4% o ganho salarial dos trabalhadores será de 12%.

Relatores examinam e suprimem artigos

O grupo dos relatores auxiliares da Comissão de Sistematização da Constituinte reuniu-se no Congresso Nacional, sob a coordenação do deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ), para fazer a compatibilização dos textos das sete Comissões Temáticas. O deputado Joaquim Belivacqua (PTB-SP), encarregado de "enxugar" o texto da Comissão do Sistema Tributário, Financeiro e do Orçamento, afirmou que o grupo pretende reduzir para 300 artigos, no máximo, o total de 526 apresentados pelas Comissões Temáticas sem, no entanto, alterar o conteúdo das propostas.

A sugestão de anteprojeto dos relatores auxiliares deverá ser entregue ao relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, até a próxima terça-feira. Segundo o senador Virgílio Távora (PDS-CE), o grupo não terá maiores problemas para cumprir este prazo, apesar de os relatórios das Comissões da Ordem Social, Ordem Econômica, Sistema Tributário e Organização dos Estados apresentarem um

grande número de artigos concorrentes.

Só no relatório da Ordem Econômica, analisado e concluído ontem pelo senador Virgílio Távora, nove artigos foram suprimidos. "Não houve nenhuma alteração de conteúdo no texto aprovado pela Comissão. Estes artigos só foram suprimidos porque já constavam mais adequadamente em outros relatórios", garantiu o senador.

Para dar um sentido mais harmônico aos textos das Comissões Temáticas, os relatores auxiliares Adolfo de Oliveira (PL/RJ), Renato Vianna (PMDB/SC), Vivaldo Barbosa (PDT/RJ), Nilson Gibson (PMDB/PE), Joaquim Bevilacqua (PTB/SP) e Virgílio Távora (PDS/CE) pretendem continuar trabalhando hoje, com seus assessores, para concluir a sugestão de anteprojeto. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL/RJ), que se recusou a analisar o relatório da Comissão de Família, Comunicação, Ciência e Tecnologia não participou dos trabalhos do grupo.